VILA VELHA DE ITAMARACÁ(PE)

Imagens, percursos e memórias

Sede da primeira feitoria, oficialmente instalada no Brasil por Cristóvão Jacques em 1526, a Vila de Nossa Senhora da Conceição (atual Vila Velha) foi, por mais de dois séculos, um ponto muito importante para a instalação de portugueses nas terras brasílicas e das suas lutas contra as investidas francesas e holandesas, atraídos pelo potencial econômico da cana-de-açúcar. O contato desses viajantes com o 'novo' território resultou na elaboração de diversos registros dessa experiência. Manuscritos, descrições do sítio, das batalhas, desenhos e mapas, oriundos de um pensamento racionalizado do mundo, mas, também, carregados de mitos e simbolismos, estão acessíveis hoje, colocando essa antiga Vila em situação privilegiada para estudos históricos. Vale-se desse legado dos viajantes para a investigação do conteúdo patrimonial da Antiga Vila de Nossa Senhora da Conceição. A investigação sobre seu passado permite a identificação de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico dos séculos XVI e XVII, que permaneceu até a atualidade, indicando o valor desse sítio dotado de história. Assim, inicialmente marginalizados pela pesquisa histórica, por carregarem impressões pessoais de quem os produziu, esses registros de viajantes, hoje valorizados pelas conquistas da "nova história", constituem importantes instrumentos na investigação do passado de Vila Velha.

Introdução

A história do sítio de Vila Velha remonta aos primeiros anos depois da descoberta das terras brasílicas. A área onde o povoado está instalado foi freqüentada por europeus desde 1526, quando ainda era feitoria. Sede da capitania de Itamaracá, a então chamada Vila de N. Sra. da Conceição tinha muitos aspectos que atraíram o interesse desses europeus pela Ilha durante os dois primeiros séculos após o descobrimento: "...primeiro, era um dos lotes mais próximos da Europa, dispondo de mata com abundância de pau-brasil, uma grande diversidade de recursos muito disputados pelo mercado europeu, e compreendia terras no litoral, rios navegáveis para embarcações da época, áreas de manguezais, além de colinas e de várzeas que se prestavam para a criação de gado e à cultura da cana-de-açúcar." (ANDRADE, 1999, p.53).

Para além do interesse de exploração, os europeus também eram atraídos pela peculiaridade insular da Ilha de Itamaracá. A região caracterizava-se por sua condição de isolamento e confinamento, considerada uma vantagem natural de segurança para a instalação de povoamentos (REIS FILHO, 1968, p. 71). As potencialidades reconhecidas da Ilha renderam à antiga Vila da Conceição a condição alternativa de sediar o Brasil Holandês em meados do século XVII, indicada juntamente com a Vila de Olinda e a Ilha de Antônio Vaz (MELO, 1987, p.56-61).

Entretanto, desde a transferência da condição de matriz de sua principal igreja¹, do mesmo nome, para a Igreja de N. Sra. do Pilar no ano de 1866, situada às margens do mar ao norte da Ilha, a antiga sede de Itamaracá começou a ser chamada de Vila Velha, como é conhecida até hoje (Fig 1).

Vila Velha situa-se na região mais elevada da Ilha de Itamaracá, a 7km de subida, partindo-se do acesso principal ao município em direção à sua região sul. A Ilha está localizada a cerca de 50km da cidade do Recife-PE. As atividades econômicas

Cadernos 2.p65

VILA VELHA DE ITAMARACÁ(PE): IMAGENS, PERCURSOS E MEMÓRIAS



Figura 1 – Localização do povoado de Vila Velha, ao Sul da Ilha de Itamaracá. Fonte: GUIA BRASIL QUATRO RODAS, 2000, p.1992



da Ilha, atualmente, são a pesca, a coleta de coco, o artesanato e, sobretudo o turismo, devido, dentre outros aspectos, à proximidade com o continente e com a capital pernambucana. O início das atividades turísticas em Itamaracá remonta ao ano de 1939, com a construção da Ponte Getúlio Vargas, por ocasião da instalação da Penitenciária Agrícola de Itamaracá, situada na rodovia PE-1, que liga a ilha ao continente.

No entanto, o turismo comercial só tomou maior impulso no início da década de 1960 com a elevação da Ilha a município. A emancipação da Ilha de Itamaracá ocorreu em 1959, mas só foi efetivada oficialmente em março de 1962, quando deixou de ser distrito da antiga cidade de Igarassu-PE. Passou, então, a receber um constante fluxo de turistas nos finais de semana e nos períodos de férias, devido à singularidade insular, que tem tornado Itamaracá uma área de descompressão metropolitana, voltada para as atividades de lazer e turismo, incentivadas pelos planos e projetos da Região Metropolitana do Recife, desde a sua criação em 1973.

O crescimento acelerado do turismo nessa região, no entanto, tem ocasionado um rápido processo de transformação das suas paisagens, desde o início da segunda metade do século XX. Como exemplo do desdobramento do impulso do turismo na Ilha, pode-se citar a situação da faixa litorânea, expressivamente ocupada por coqueirais que, a partir da década de 1970, começam a diminuir, com a valorização da praia e a crescente especulação imobiliária para as construções das residências secundárias.

Possuindo um conjunto arquitetônico que vem se compondo desde os primeiros anos da ocupação portuguesa, a Ilha de Itamaracá apresenta a região de Pilar, que comporta um patrimônio edificado do século XVIII, e a de Jaguaribe, que, por estarem ainda localizadas às margens do mar, são áreas ainda mais atraentes para os turistas. Da mesma maneira, o forte Orange, datado de meados do século XVII,

Cadernos 2.p65 98 17/11/03, 11:00

também é um dos resíduos importantes da Ilha, o que dota seu entorno de especial valor turístico.

A insularidade associada à presença de monumentos históricos representam atrativos que motivam os empreendedores imobiliários a investir na instalação das segundas residências e estabelecimentos comerciais. O povoado de Vila Velha situa-se dentre as áreas indicadas como pontos turísticos da região. Nota-se a velocidade com que esse sítio urbano vem se modificando desde as últimas décadas do século XX, mesmo sendo tombado em nível estadual, desde 1985. Em um curto espaço de tempo, percebem-se expansões da ocupação do sítio, devido ao aumento do número de habitantes e de novas necessidades da comunidade local. Essas ocupações se deram mais expressivamente em frente da Igreja de N. Sra. da Conceição e em torno de uma área descampada bem definida, no espaço desse sítio.

A atual tendência de se proporem intervenções nos pólos de interesse turístico, a partir das exigências de uma infra-estrutura adequada para atender aos visitantes, indica a possibilidade de a configuração de Vila Velha mudar rapidamente. Segundo o Projeto de Valorização Turística de Vila Velha, proposto pela Prefeitura Municipal de Itamaracá, em 1997, a falta de infra-estrutura básica, adequada para atender aos viajantes que visitam esse povoado, inibe o desenvolvimento da atividade turística nesse sítio, interferindo, por extensão, no circuito turístico da Ilha. Dentre as propostas de intervenção na perspectiva da otimização da atividade turística, situa-se a preocupação com os aspectos arquitetônicos. Pretende-se "manter o perfil arquitetônico do casario, corrigindo distorções porventura introduzidas. Manter o casario sempre pintado, com jardins e arborização", bem como instalar equipamentos de atendimento ao turista como bares e lanchonetes (PROJETO, 1997, p. 6).

Nota-se, ainda, que as pressões do turismo sobre esse povoado e as novas necessidades dos próprios habitantes sugerem o comprometimento de seu patrimônio antigo, natural e edificado, não reconhecido. Um dos principais aspectos que comprometem a riqueza de seu conteúdo patrimonial, assim como a capacidade de suporte turístico desse povoado, consiste no desconhecimento da representatividade histórica desse sítio, que não é reconhecida pelos moradores, pelos que divulgam a imagem da Vila, por aqueles que estão por trás das propostas de intervenção e pelo próprio IPHAN, pois o sítio de Vila Velha não existe no mapeamento do patrimônio nacional.

Considerando a carência de maiores estudos sobre sua memória de longa duração, o propósito deste trabalho consistiu em investigar o passado do sítio antigo de Vila Velha, buscando identificar o patrimônio cultural e natural dos séculos XVI e XVII, partindo-se do pressuposto de que muitos aspectos que permearam o início da construção desse sítio estão bem presentes no povoado hoje. Assim, tendo em vista a possibilidade de o sítio de Vila Velha ser alvo de intervenções, devido ao turismo, identifica-se seu conteúdo patrimonial, originário dos primeiros anos da construção desse sítio, como forma de contribuir para a conservação de sua identidade e de seus valores culturais, através de um trabalho de pesquisa histórica e de análise crítica de questões sobre sua memória.

Para tanto, foram utilizadas bases multidisciplinares – arquitetura, urbanismo, história, geografia, literatura – para ampliar as perspectivas da pesquisa sobre Vila

Velha. Essa multidisciplinaridade é adotada para abordar o tema das viagens, e, mais especificamente, os registros dos viajantes, como mecanismo cultural que dá margem para a investigação do passado, considerando-a um instrumento para a prática arquitetônica e urbanística.

Tendo em vista que muitas marcas desse distante contexto da história ainda estão bem presentes no sítio urbano de Vila Velha hoje, empreende-se a identificação de suas permanências, através da análise de iconografias dos séculos XVI e XVII, tomando as descrições dos viajantes como informações auxiliares na investigação. A adoção dos registros de viajantes deveu-se à originalidade desses registros, que resultaram do contato direto com o sítio e permanecem acessíveis, o que coloca o sítio de Vila Velha em situação privilegiada para estudos históricos.

Para o levantamento desse material, realizou-se uma pesquisa em arquivos nas cidades do Recife – no Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), mapoteca do Departamento de História da UFPE – e do Rio de Janeiro – na Biblioteca da Marinha, Biblioteca do Exército, Biblioteca Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e mapoteca do Itamaraty, em busca das edições fac-símiles ou originais desses registros, como a obra de Gaspar Barléus, História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil; O livro dá razão ao estado do Brasil, de Diogo de Campos Moreno, que contém mapas elaborados por João Teixeira Albernaz, e o Atlas de Johannes Vingboons.²

Foram tomadas como referências as fontes escritas dos seguintes viajantes dos séculos XVI e XVII: As Cartas informações, fragmentos históricos e sermões, de Padre José de Anchieta, que veio para as terras brasílicas em 1553, permanecendo até o ano de 1577; o livro História do Brasil, 1500-1627, de Frei Vicente do Salvador; o Livro que dá razão do estado do Brasil, do capitão-mor português Diogo de Campos Moreno, de 1612, o livro de Gaspar Barléus, História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil, de 1647, e o livro O valoroso Lucideno e triunfo da liberdade, de Frei Manuel Calado, que veio ao Brasil nos primeiros anos de 1620.

Para alicerçar a investigação do patrimônio de Vila Velha, originário dos séculos XVI e XVII e de sua permanência, essas antigas fontes são analisadas pela comparação com imagens atuais do sítio.

Acredita-se que trazer indícios desse conteúdo patrimonial, que chegou até os dias atuais em forma de fragmentos visíveis e invisíveis³, significa torná-los próximos daqueles que freqüentam o povoado, como também oferecer um mecanismo para ampliar a experimentação desse sítio por parte dos visitantes e habitantes que, por muitas vezes, se mostram "estrangeiros" em sua própria terra. Atualizar os dados históricos desse sítio significa ativar memórias adormecidas na longa duração, o que pode servir de subsídio para futuras intervenções, bem como para a produção de planos diretores e outros procedimentos de gestão urbana.

Uma das posturas adotadas na investigação do passado de Vila Velha foi o entendimento do sítio urbano como produção humana ao longo do tempo. Sua materialidade revela e carrega também os eventos e a história de sua construção, como um palimpsesto, expressando mais do que o domínio do visível e dando margem para o entendimento do passado e as marcas que permaneceram, pois "o passado é, em parte, experimentado agora e que, do ponto de vista da ciência urbana, pode ser este o significado a dar às permanências: elas são um passado que ainda experimentamos." 4

A concepção de memória, como capacidade de conviver com o passado através do presente, e, principalmente, com a produção de conhecimento como extensão do próprio ser humano, indica que, a partir de um fragmento do sítio experimentado, podem-se traçar histórias de sua apreciação: "... às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio da paisagem incongruente... para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturadas com restos, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta" (CALVINO, 1990, p. 49).

Ainda segundo esse mesmo autor, o sítio "se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e de dilata... [o lugar] não conta o seu passado, [ele] o contém como as linhas da mão..." (CALVINO, 1990, p.14 - 15).

Viagem à Vila Velha através da iconografia

O impacto provocado pelo contato daqueles que passaram pelas terras brasílicas e, mais especificamente, na Ilha de Itamaracá, resultou na realização de diários, os relatos de viagens resultantes da exploração dessas terras, nas quais se depararam com contrastes e semelhanças, com o imaginado e com o concreto. Lugar de discurso e de imaginação, o Novo Mundo, exuberante e permeado de elementos estranhos, formava o cenário dos viajantes, os quais que permitiram que essas experiências ultrapassassem seu momento (BELLUZO, 2002).

Antigos registros de viagens apresentam descrições físicas e sensoriais do território, expressam a visão de mundo da época, os medos, anseios e desejos. Não apenas mostrando a forma de mundo de diferentes contextos, esses registros, também revelam as disparidades e a variedade de impressões causadas por essa nova experimentação.

O fato de esse legado carregar impressões pessoais fez com que, por muito tempo, esses registros fossem marginalizados no campo da pesquisa histórica, "por serem consideradas um produto de vivência direta, sem a intermediação dos documentos e principalmente por revelar o produto de descobertas recentes, o novo, o inédito." (LEITE, 1996, p.38)

Entretanto, discussões contemporâneas vêm abrindo espaço para a assunção da relevância desses registros, justamente pela sua propriedade individual. Constituem documentos que revelam à atualidade um mundo não experimentado, cujo conteúdo interessa, especialmente, ao estudo do imaginário. Os pesquisadores de hoje já assumem a literatura de viagem como um registro importante da História, considerando que a busca da precisão nunca está livre da interpretação pessoal e, inevitavelmente, os documentos carregam muito de quem os produz (DUBY, 1986, p. 8).

Da mesma maneira, a ampliação das fontes históricas, para além de bases textuais, está no cerne das discussões sobre a chamada "história das representações".

Segundo o historiador Jacques Le Goff (1996, p.11), hoje se pode contar também com "a imagem ou a história da imaginação, que permitiu tratar o documento literário e o artístico como documentos históricos de pleno direito, sobre a condição de respeitar uma especificidade".

A variedade das representações antigas desse sítio, como o desenho formal, a diversificação de cores, a ausência ou presença de edifícios, a vegetação ou outras figurações, sugere que esses desenhos fogem à idéia de seguir um rígido sistema de convenções. Sendo assim, nota-se a necessidade de um olhar mais atento para a sua interpretação, considerando-se, sobretudo, a influência do imaginário do autor sobre o processo de decodificação da realidade, como sua formação e conhecimento.

Entendendo que a imagem é elaborada à maneira artística do autor, considera-se que essa constitui uma ferramenta para o entendimento da visão de mundo de uma época, à medida que a representação admite o sentimento em relação ao objeto observado, colocando em cena dimensões da interioridade do observador.⁵ Assim, mais que um mero resultado racionalizado, uma representação gráfica de um cenário físico é expressão complexa e ambígua da forma como o autor entende o espaço.

A imagem, como representação do mundo experimentado e imaginado, carrega um simbolismo em seus elementos e convenções. A "gramática" que compõe essas representações constitui indícios da forma de pensar de uma determinada cultura, que dá margem para o desenvolvimento de uma interpretação aprofundada dos elementos representados e, por extensão, essa análise possibilita "descobrir" pressupostos e intenções inerentes ao contexto em que foram elaboradas (BUENO, 1998, p. 107). Sendo assim, a condição da iconografia como produto cultural alicerça sua propriedade de se constituir numa fonte de conhecimento, podendo ser utilizada como importante ferramenta na pesquisa histórica, justamente por ser entendida como uma forma de expressão, uma narrativa.

Um mapa ou uma vista de um cenário físico, vistos por esse prisma, consistiriam numa espécie de criação de espaços, uma dimensão de mundo com a intenção de ser comunicada entre pessoas, lugares e períodos. A interpretação desse material iconográfico implica situá-lo no contexto de sua produção, permitindo conhecer um determinado contexto social, através da sensibilidade de um indivíduo, pois o exercício de interpretação de cada imagem, ou qualquer outra forma de decodificação da realidade, pode revelar-se uma experiência distinta da percepção da análise individual.

Portanto, a iconografia constitui um discurso que pode ser entendido como texto literal, mas não pode ser lido da mesma maneira. No caso das imagens, a leitura não é direta, e os desenhos informam muito mais do que suas formas e cores.

Então, mais do que tentar identificar as distorções formais das representações figurativas, tomar esses produtos como subsídio para a pesquisa histórica significa tentar identificar a função para qual foram criados e, por extensão, perceber que todos eles, mais ou menos rebuscados, são precisos, como os supostos esboços de mapas de Diogo de Campos Moreno, que serviram de base para a elaboração das cartas de 1616, feitas por João Teixeira Albernaz, e a localização esquemática,

por exemplo, das emboscadas ocorridas no território da Ilha de Itamaracá, elaboradas pelos holandeses na época das tentativas de ocupação das terras sob domínio português.

Assim, privilegiar a interpretação das bases iconográficas, no processo de investigação do passado de Vila Velha, permite ampliar o acesso à história desse sítio, considerando a carga de informações que a iconografia contém em sua linguagem.

· Interpretando as permanências de Vila Velha

A freqüência com que a Vila da Conceição foi referenciada, nos antigos registros dos viajantes, denuncia sua condição como importante núcleo habitado do século XVII. A partir da análise do conjunto iconográfico do território da Ilha de Itamaracá e da Vila da Conceição especificamente, notou-se que muitos elementos, naturais e edificados, se repetem e dão pistas para a identificação dessas memórias e de suas permanências, como a Vila, o canal, o forte Orange, redutos, ponte etc (Fig 2).







Anônimo, 1630

Figura 2 – Vila da Conceição fortificada. Na imagem de 1640 ainda pode-se claramente identificar o fosso, que também fazia parte do conjunto estratégico das construções militares.

A validade das fontes iconográficas também é reforçada pelos trabalhos arqueológicos realizados nesse sítio, a exemplo da parte leste da muralha e o fosso, presentes nos mapas que foram resgatados a partir de trabalhos de escavação desenvolvidos pela FUNDARPE e coordenados pelo arqueólogo Ulisses Pernambucano, em 1985, por ocasião do processo de tombamento de Vila Velha (Fotos 1 e 2).

103



Foto 1. Escavações do fosso seiscentista da Vila. Fonte: FUNDARPE, 1985.

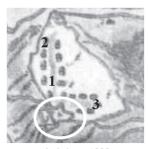
Cadernos 2.p65



Foto 2. Resquícios da antiga fortificação da Vila. Fonte: FUNDARPE, 1985.

Os edifícios da Vila de N. Sra. da Conceição, representados nos mapas x, xiii e xvi, estão dispostos de maneira a indicar um traçado em forma de "L". A partir da análise desse conjunto iconográfico, podem-se identificar alguns edifícios que nortearam a direção do traçado. São eles: a Igreja de N. Sra. da Conceição; a Casa de Câmara e Cadeia (1); a Igreja da Misericórdia (2) e a Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos (3).

O caminho indicado pela extensão da Igreja de N. Sra. da Conceição até a Igreja da Misericórdia, situada ao extremo oeste da Vila, consiste da direção onde estão instalados os principais edifícios públicos acima citados (Fig 3).



Anônimo, 1633



Vingboons, 1666



Piso, 1647

Figura 3. Desenho do traçado da Vila no século XVII. Tanto nestas imagens, pode-se observar a Igreja de N. Sra. da Conceição (circunscrita) está situada em uma área fortificada dentro dos muros da Vila.

Nos detalhes acima apresentados, observa-se também que a ortogonalidade está presente na distribuição dos elementos construídos da Vila. O traçado regular de antigos núcleos povoados deve-se, segundo Nestor Goulart (1968, p. 71), a "modelos adotados por uma geometrização não muito perfeita adaptados às condições de defesa e topografia, [aproximando-se] dos tipos ideais renascentistas mais flexíveis."

A semelhança da situação da Casa de Câmara e Cadeia, apresentada em antigas imagens, e a sua localização em escavações, feitas recentemente, também pode ser considerada um exemplo afirmador da credibilidade das informações apresentadas pela iconografia antiga. Além de resquícios de antigos edifícios, nas proximidades de Vila Velha, ainda se encontram as ruínas de uma ponte seiscentista, que ligava as margens de um dos braços do canal de Santa Cruz.

Não há vestígios dos redutos constantemente representados nas antigas cartas. Entretanto, o arqueólogo Marcos Albuquerque, que coordena o Laboratório de Arqueologia de Pernambuco, instalado no forte do Brum, em Recife, atualmente desenvolve trabalhos de pesquisa no entorno do Forte Orange, buscando testemunhos da existência do reduto localizado próximo a seu lado leste (Fig 4).

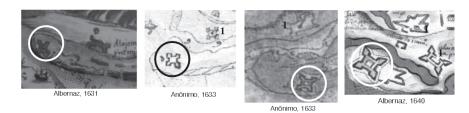


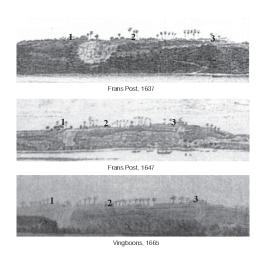
Figura 4 - Indicação da localização do Forte Orange (circunscrito) e dos redutos (1) das proximidades.

Dentre as marcas edificadas seiscentistas que permaneceram, situam-se as ruínas da Igreja de N. Sra. do Rosário, que não foi identificada nas imagens, mas foi indicada nos relatos dos viajantes (Foto 3).

105



Foto 3. Ruínas da Igreja de N. Sra. do Rosário. Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade/Estudos da Paisagem, 2002.



Tanto nas vistas, quanto nos mapas, é comum a referência de um outro edifício religioso situado na região oeste da Ilha, a Capela da Santa Casa da Misericórdia, do início do século XVII, que atualmente se encontra em ruínas, num local de difícil acesso (fig 5).

Figura 5. Vila da Conceição, com a Capela da Santa Casa da Misericórdia (1), a Casa de Câmara e Cadeia (2) e a Igreja de N. Sra. da Conceição (3).

105

Cadernos 2.p65

A referência mais "completa", dentre essas antigas marcas edificadas que compõem a Vila, é a da Igreja de N. Sra da Conceição. Embora apresente uma configuração atual, acrescentada de ampliações sofridas ao longo do tempo, as bases dessa igreja nasceram nos primeiros anos da instalação do povoado no sítio. Constantemente representada no conjunto iconográfico analisado, a imagem da igreja constitui um elemento marcante e determinante na configuração do sítio hoje (fotos 4 e 5).



Foto 4. Vista do povoado de Vila Velha, com a Igreja de N. Sra. da Conceição em primeiro plano. Fonte: FUNDARPE, 1985.



Foto 5. Vista do povoado de Vila Velha, com a Igreja de N. Sra. da Conceição no fundo. Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade/Estudos da Paisagem, 2002.

Observou-se que essa Igreja muitas vezes apareceu fortificada (fig.28, p. 104), prática comum entre os holandeses, que adaptavam essas construções portuguesas para servir como armazéns de munições. Resquícios dessas práticas ainda podem ser vistos hoje, como as seteiras e ameias da antiga Igreja de Vila Velha, muito semelhantes a algumas partes da construção do forte (Fig 6 e foto 6).

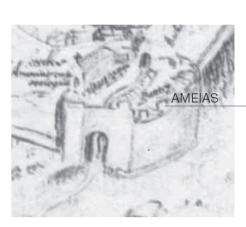
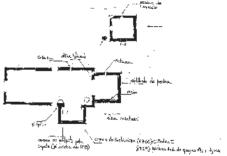


Figura 6. Anônimo, 1630. Indicação da principal porta de entrada da Vila fortificada.



Foto 6. Fachada lateral esquerda da Igreja de N. Sra. da Conceição. Fonte: Arquivo Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade/Estudos da Paisagem, 2001.

Segundo esquema elaborado pelo arquiteto José da Mota Meneses, a Igreja de N. Sra. da Conceição sofreu duas significativas ampliações desde a sua construção inicial em 1535. A primeira ocorreu em 1729 aproximadamente, quando a nave central foi ampliada em quatro vezes as suas dimensões, acrescentando-se-lhe uma capela seguida de um púlpito. Na segunda metade do século XIX, à igreja foram acrescentadas sacristia e capela em seu lado direito; em seu lado esquerdo, a antiga capela foi reduzida, e um espaço para cemitério foi acrescentado. A atual configuração da fachada também é datada desse período, mais especificamente concluída em 1889 (PERNAMBUCANO, 1985, p.12). Entretanto, uma das fontes iconográficas mostra que a forma e as proporções da Igreja, no século XVIII, em muito se assemelham com seu desenho apresentado em um mapa datado de 1631 (Figs 7 e 8).



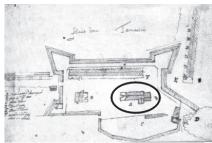


Figura 7. Esquema das ampliações da Igreja de N. Sra. da Conceição, elaborada pelo arquiteto José da Mota Menezes: planta da Igreja em 1560 e suas ampliações no século XVIII.

Figura 8. Indicação da Igreja de N. Sra. da Conceição representada num mapa seiscentista

Dentre os elementos edificados da antiga Vila, a igreja consiste no único edifício que pode ser visto desse ponto de visada, devido ao crescimento de densa vegetação e coqueirais. Como nas vistas de Frans Post, a imagem da Igreja, ainda hoje, pode ser contemplada das margens do Canal de Santa Cruz (Fig 9 e foto 7).



Figura 9. Detalhe da Paisagem pintada por Frans Post em 1647 que mostra a Vila da Conceição



Foto 7. Imagem da Igreja da Conceição vista de ângulo semelhante.
Fonte: ALBUQUEROUE, 1999, p.27.

Percebem-se, também, a presença e a força dos elementos naturais de Vila Velha, presentes desde o século XVII. Alguns caminhos que aparecem nos mapas e em vistas antigas apresentam desenho e direção semelhantes a algumas trilhas que cortam a Vila hoje, a exemplo daquela que liga a Vila às margens do Canal de Santa Cruz e ao Forte Orange.

Observa-se que o relevo constituiu, e ainda constitui, um elemento muito importante para a percepção desse sitio. Além de enfatizar a situação elevada da Vila, indicando a localização dos edifícios que a conformam, mostra a localização desses em relação ao forte Orange. O próprio relevo é trabalhado nas imagens antigas com nuances de cor e vegetação variadas, ressaltando-se a aparência desse sitio como um conjunto natural diversificado e exuberante.

Além de ter permitido a conservação das funções defensivas em diferentes momentos, o relevo transformou-se num elemento valorizador da paisagem. Em conjunto com as massas de água – o mar e o canal de Santa Cruz – a Vila foi desenhada ao gosto das distintas épocas. Coqueirais, vestígios de mata atlântica, variações de alturas do sítio, rios e mar são elementos naturais bem presentes na Vila hoje, que também foram indicados ora de maneira enfática, ora de forma mais sutil, nas representações da velha Vila.

Além das antigas referências, como as trilhas, o forte, as ruínas de construções seiscentistas e a dificuldade de acesso, a ausência de determinados equipamentos urbanos atuais também transforma esse sitio num núcleo curioso – um sitio perdido no tempo e no espaço. Porém essas marcas antigas que o sítio de Vila Velha contém vão se integrando às novas necessidades dos habitantes, a exemplo da ocupação de áreas livres do sítio (Foto 8), como o jardim plantado em frente à Igreja de N. Sra. da Conceição (foto 9).



Foto 8. Vista aérea de Vila Velha, mostrando a área livre em frente à Igreja de N. Sra. da Conceição e a praça da Vila.

Fonte: FUNDARPE, 1985.



Foto 9. Jardim implantado em frente à Igreja de N. Sra. da Conceição.

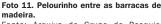
Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade/Estudos da Paisagem, 2002



Foto 10. Novos equipamentos da antiga praça. Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade/Estudos da Paisagem, 2002.

Da mesma maneira, nota-se que a construção de barracas de artesanato e de comidas típicas, dispostas numa boa extensão, no acesso principal da Vila, são novos componentes de seu conjunto edificado, que denunciam uma das necessidades dos moradores, relacionada à sua receptividade a à expansão do turismo, mesmo considerando sua característica modesta (Fotos 10 e 11).





Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade/Estudos da Paisagem, 2002



Foto 12. Caixa d'água situada no local das ruínas da Casa de Câmara e Cadeia.

Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade/Estudos da Paisagem, 2002.

Se, por um lado, percebe-se o aumento da massa edificada de Vila Velha, por outro, seus fragmentos seiscentistas tendem a desaparecer, como pode ser percebido na situação atual das ruínas da Casa de Câmara e Cadeia, escavadas em 1985 (Foto 12).

Dentre as mudanças do sítio urbano, situam-se, ainda, as transformações das casas da Vila (Foto 13).

A comparação entre fotos de 1985 e atuais mostra que houve inclusão de vegetação e mudanças formais das construções. Entretanto, após vinte e cinco anos, a composição dos elementos naturais e construídos ainda se mantém. Por exemplo, as casas continuam com a altura de um pavimento, apresentando poucas ampliações e mudanças de desenho, mesmo possuindo outros materiais construtivos e revestimentos. Da mesma maneira, a massa edificada também continua a afirmar sua característica singela em meio à abundância vegetal, como já era referenciado nas imagens seiscentistas.

Essa resistência a mudanças de sua espacialidade, assim como o reconhecimento de permanências seiscentistas, indicam a significativa representatividade histórica de Vila Velha. Mesmo com sua atual condição de fragilidade, nota-se que, "naturalmente", os fragmentos de sua memória na longa duração insistem em integrar seu sítio urbano, resistindo às adaptações das novas necessidades locais realizadas aleatoriamente.

Vila Velha: uma memória formada por fragmento

A análise do antigo legado dos viajantes deu margem para o entendimento de Vila Velha como sítio que contém um expressivo acervo arquitetônico e urbanístico dos séculos XVI e XVII, sugerindo um caráter de "imutabilidade". Isso não quer dizer que a vida urbana tenha estacionado, mas que a produção de muitas de suas marcas edificadas significativas foram realizadas naquele momento e se mantiveram (Foto 14).

Cadernos 2.p65 109 17/11/03, 11:00

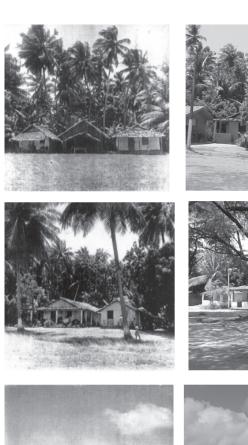
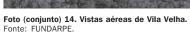




Foto (conjunto) 13. À esquerda fotos de 1975, e à direita fotos obtidas em 2002, de um ângulo semelhante. FONTE: FUNDARPE e arquivo do Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade/Estudos da Paisagem.

110







Além do reconhecimento de suas permanências, notou-se que as necessidades locais, traduzidas pela inclusão de elementos naturais e edificados, pouco interferiram no seu antigo cenário urbano, apresentando certas semelhanças com suas vistas seiscentistas. Portanto, as memórias de Vila Velha se respaldam em bases físicas concretas e têm suas especificidades a serem preservadas. Em outras palavras, essas permanências estão expressas no sítio que, por sua vez, vive dessas mesmas memórias.

Entendendo que a materialidade do cenário físico de um lugar revela e carrega os eventos que se desenrolaram para a sua construção, como um palimpsesto, esta interpretação da dinâmica do sítio urbano conduziu à sua compreensão como um mosaico da história humana dotado de coexistências, possibilitando o reconhecimento da riqueza de significados embutida nas marcas naturais e edificadas seiscentistas que configuram o núcleo antigo de Vila Velha.

Considerando sua capacidade de contribuir para entendimento da espacialidade desse sítio, atenta-se para a importância da preservação desse conjunto de fragmentos antigos. Este trabalho é um primeiro passo da investigação desse passado, que revelou, além de construções isoladas, relações entre o antigo povoado e outros elementos, materiais e imateriais, situados dentro e fora do território da Vila.

As trilhas que ligam o povoado ao Forte Orange, a constante indicação da Vila de Igarassu, como também da Capitania de Paraíba, nos recortes geográficos representados nas antigas cartas, a imagem do sítio vista da margem do Canal de Santa Cruz, tão representada no contexto do século XVII, ampliam a noção de sítio urbano e, por esse motivo, faz questionar os limites rígidos do (seu) polígono de tombamento. Este primeiro estudo permitiu o entendimento de que o sítio está imerso em um circuito de informações que podem ser expressas pelas relações estabelecidas entre elementos naturais, edificados, e também aspectos invisíveis, que ultrapassam os limites da Vila, mas contribuem para o entendimento contextualizado de sua localidade.

Saber que os limites desse povoado transcendem seu espaço físico e que alcançavam as antigas capitanias vizinhas, a indicação da existência dos redutos construídos em torno da Vila, ou a ênfase nos aspectos naturais do sítio, que acompanham sua ocupação desde os primeiros anos após o descobrimento, são dados históricos que podem ser explorados na perspectiva de ampliar o conhecimento desse povoado. Da mesma maneira, esse circuito histórico possibilita o contato com essas memórias, permitindo à contemporaneidade o conhecimento de memórias desaparecidas, mas presentes na atmosfera de Vila Velha.

As potencialidades e possibilidades de equilíbrio entre a preservação de seu "patrimônio" e a integração de novos elementos, assim como os ganhos e perdas provocados pela condição marginal de Vila Velha, foram reconhecidos através do olhar estrangeiro. A interpretação dos registros de antigos viajantes, seus relatos e expressões desenhadas, aliados a uma postura pessoal diante de sua configuração atual, mostrou aspectos que normalmente são ignorados, mas que podem ser cultivados na perspectiva de sua valorização.

A leitura do sítio urbano em muito contribuiu para esta investigação, mostrando-se uma importante ferramenta no processo de identificação das permanências de

antigas marcas de Vila Velha. Notou-se que esse olhar sobre o sítio permitiu o reconhecimento de suas memórias, correspondendo a uma experiência prática e de conhecimento da história da arquitetura e do urbanismo. Através da utilização de fontes escritas e iconográficas, identificaram-se importantes informações sobre o passado de Vila Velha, revelando a validade dessas referências como fontes confiáveis.

Ressalta-se, no entanto, que essas fontes ainda têm muito a revelar, pois, no exercício de investigação, é inevitável o olhar seletivo das informações. Buscou-se apenas identificar e situar marcas de Vila Velha, presentes nos primeiros momentos de sua construção. E, considerando a pluralidade de perspectivas permitidas pela pesquisa histórica hoje, apresenta-se apenas "uma" Vila Velha, criada dentre muitas outras que ainda podem ser reveladas. A Vila Velha aqui apresentada é aquela formada por uma tímida massa edificada, com resquícios de uma das primeiras formas de sua memória, circundada por uma natureza de caráter ainda primitivo. Vila Velha contém fragmentos e vazios que aparentam simplicidade, mas são dotados de história. Por essa razão, são cheios de significados.

Roseline Vanessa Santos Oliveira é arquiteta e urbanista. Professora do Centro particular de Estudos Superiores de Maceió-Al (CESMAC) e do Curso de Design de Interiores do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/AL). Este artigo é baseado na sua dissertação de mestrado, defendida em 2002 no PPG-AU/FAUFBA, sob a orientação da prof^a. Maria Helena Flexor.

Notas

- ¹ Com a perda dos resquícios da Igreja de São Vicente, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, situada em Vila Velha, passou a ser nomeada como a segunda igreja mais antiga do Brasil. A igreja mais antiga, ainda construída, é a de São Cosme e Damião, datada de 1536, situada na cidade de Igarassu, Pernambuco.
- Infelizmente, não foi possível analisar, no original, parte dos mapas holandeses levantados, pois a maioria desse material iconográfico, que retrata a Vila de N. Sra. da Conceição no século XVII, faz parte do conjunto de mapas do Manuscrito de Algemeen Rijksarchief, do Arquivo Geral do Reino, em Haia, na Holanda. Mas parte do conjunto de imagens analisadas nesta dissertação pode ser analisada nas fontes digitalizadas, do Arquivo Ultramarino, disponibilizadas pelo Grupo de Arquitetura da Cidade/Estudos da Paisagem-UFAL, coordenado pela Profa. Dra. Maria Angélica da Silva e pela especialista em Ciências Políticas Barbara Consolini, pesquisadora do Museu de Amsterdam e do Programa Cultural Alagoas-Holanda, que rastrearam e organizaram todo esse valioso material.
- ³ Entende-se por fragmentos invisíveis aqueles elementos que hoje fisicamente não fazem parte do sítio de Vila Velha.
- ⁴ Através da "teoria das permanências", ROSSI (1995, p. 49) indica o reconhecimento da importância dos remanescentes do passado, tentando mostrar que, mais que objetos que contêm uma função utilitária ou reduzidos a mera contemplação, o monumento é "produto de uma coletividade e da relação que temos com a coletividade através dele".
- ⁵ Entende-se como imaginário o pensamento individual e (ou) coletivo sobre a estrutura do mundo em que se vive. E esse imaginário, como fruto de uma coletividade, construído por diversas dimensões de relações e conhecimento, norteia essencialmente a produção artística e cultural de uma sociedade (LE GOFF, 1992, p. 12).

Bibliografia Resumida

ADONIAS, I. (Ed./Org.). Mapa: imagem da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALNSLY, D. Fortes de Pernambuco; imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre, 1999. 204p.

ANCHIETA, J. de. Informações da Província do Brasil para nosso padre – 1585. In: ANCHIETA, José de. *Cartas informações, fragmentos históricos* e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp,

1988. p. 417-455.

ANDRADE, M. C. de. *Itamaracá, uma capitania frustrada*. Recife: FIDEM/CEHM, 1999. (Coleção Tempo Municipal, 20).

ARGAN, G. C. História da arte como história da cidade. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Coleção a)

BARLÉUS, G. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

BELLUZO, A. M. de M. A propósito do Brasil dos viajantes. Revista USP. Disponível em: http://www.usp.br/revistausp/n30/numero30.html (mar/2002)

BELLUZZO, A. M. de M. O Brasil dos viajantes. São Paulo: Metalivros, 1995. 3v

BUENO, B. P. S. A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controlo de território. In: CARITA, H.; ARAÚJO, R.; ROSSA, W. (org). Colectânea de estudos, universo urbanístico português, 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 1998. p. 87-118.

CALADO, M. (frei). Como os nossos portugueses renderam as duas fortalezas que os holandeses tinham no Porto Calvo e rio de São Francisco, e de outras coisas notáveis que sucederam até o fim de setembro de mil e seiscentos e quarenta e cinco. In: CALADO, Manuel (Frei). O valoroso lucideno e triunfo da liberdade. 4ª ed. Recife: FUNDARPE, 1985. v.2. p.109-135. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, 13).

CALVINO, I. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, S. O olhar do viajante. In: NOVAES, A. (Org). O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.347-360.

CARITA, H. Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna, 1495-1521. Lisboa: Horizonte,1999.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. A construção do Brasil - 1500-1825. Catálogo. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (Org). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CORTESÃO, J. História do Brasil nos velhos mapas. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

COSGROVE, Denis. (org). Mappings. London: Reaktion Books, 1999.

COSTA, F. A . Pereira de. *Anais pernambucanos*. 2ed. Recife: FUNDARPE, 1985. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, 7,8).

DUBY, G. O historiador, hoje. In: LE GOFF, J. (Org.). *História e nova história*. Lisboa: Editorial Teorema, 1986. p. 7-20.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.* Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIUCCI, G. Viajantes do maravilhoso, o Novo Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GOMBRICH, E. H. Arte e ilusão, um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

GOODEY, B. Turismo cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, M.; ALBANO, C. (Org). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 131-137.

HERKENHOFF, P. (Org.) O Brasil e os Holandeses, 1630-1654. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 3ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. v. 1.

LEITE, I. B. O Brasil sob o olhar estrangeiro. In: LEITE, I. B. Antropología da viagem; escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p.38-53.

História e memória. Tradução de Bernardo Leitão. 4ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LOPES, J. História e segredos de uma ilha. Recife: FUNDARPE, 1987.

MARX, Murilo. Cidade no Brasil: terra de quem? São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

MELO, A. J. G. de. Fontes para a história do Brasil holandês. Recife: Parque Histórico Nacional do Guararapes, 1981.

_______.Tempo dos flamengos. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1987.

MORENO, Diogo de Campos. "Livro que dá razão ao estado do Brasil -1612.". Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. (Edição crítica, com introdução e notas de Hélio Viana).

PANOFSKY, Ervin. O significado das artes visuais. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1949.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil. 1º ed. São Paulo: Edusp, 1968.

_______. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp, 2000.

ROSSI, A. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SALVADOR, V. (frei). História do Brasil, 1500-1627. 4ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954. p. 129-133.

STADEN, Hans. A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes de homens (1548-1555). Rio de Janeiro: Dantes, 1998.

Cadernos 2.p65 114 17/11/03, 11:00